

A INFÂNCIA EM MOÇAMBIQUE COMO LUGAR PARATÓPICO NO DISCURSO *ADI BANANA LÊ*¹

Ricardo Celestino (PUCSP)

Marina Di Napoli Pastore (UFSCar)

Resumo: Tomamos o discurso *Adi banana lê*, de Marina Pastore, como uma voz que catalisa uma das potencialidades da criança enquanto sujeito social em Moçambique. Ao colocar a criança moçambicana em um papel social distinto dos que comumente lhe são atribuídos pelo estigma eurocêntrico, o discurso projeta uma voz paratópica já que sinaliza uma nova identidade para a criança, que ao longo da enunciação, é posta como não legítima a agentes como a UNICEF e outros órgãos internacionais. Pela resignificação do termo trabalho, o discurso também explora um novo lugar para essa criança moçambicana, propondo uma espécie de nova-topia não comungada com os sistemas do capital. O trabalho não fere a liberdade da criança, mas enriquece seu senso de cidadania, seu conhecimento geográfico, entre outros aspectos. Como fundamentação teórica de base linguístico-discursiva, selecionamos a categoria de paratopia, proposta por Dominique Maingueneau, e recorreremos à noção de subjetivação, teorizado por Judith Butler, na filosofia pós-estruturalista.

Palavras-chave: Discurso; Paratopia; Infância; Literatura; Moçambique.

Abstract: We take the speech *Adi banana lê*, by Marina Pastore, as a voice that catalyzes one of the potentialities of the child as a social subject in Mozambique. By placing the Mozambican child in a social role distinct from what is commonly attributed to him or her by the Eurocentric stigma, the speech projects a paratopic voice, since it signals a new identity to the child who, throughout the enunciation, is regarded non-legitimate by agents like UNICEF and other international bodies. By the re-signification of the term work, the speech also explores a new place for this Mozambican child, proposing a kind of new-topia not shared with the systems of capital. The work does not wound the freedom of the child, but it enriches its sense of citizenship, its geographic knowledge, among other aspects. As a theoretical foundation of linguistic-discursive

1 Título em inglês: "The childhood in mozambique like a paratopian place in the discourse *Adi banana lê*".

basis, we selected the category of paratopia, proposed by Dominique Maingueneau, and turned to the notion of subjectivation theorized by Judith Butler in post-structuralist philosophy.

Keywords: Discourse; Paratopia; Childhood; Literature; Mozambique.

INTRODUÇÃO

Moçambique é um país localizado ao sul do continente africano, cujas fronteiras são demarcadas com África do Sul, Suazilândia, Zâmbia, Malawi, Zimbábue e Tanzânia, conforme figura abaixo. Há 42 anos independente da nação portuguesa, embora desfrute diversos avanços culturais e de diversidade social, ainda é conhecido pela desigualdade sistemática e pelos quadros de empobrecimento, de crises de saúde pública, de conflitos que levam à guerras locais. Setores importantes de sua população desfrutam de restrição de direitos, de proteção social e de acesso à serviços sanitários básicos, o que leva à nação a uma política de violações de direitos individuais e coletivos. Órgãos internacionais como UNICEF, Save the Children, ONU, UNESCO, dentre outros, protagonizam denúncias de políticas abusivas, principalmente no que concerne aos direitos em torno da infância moçambicana, tema central de nossa pesquisa.

Através de uma experiência em campo, como parte integrante da pesquisa de Doutorado² no Programa de Pós

2 Pesquisa sobre a temática da criança enquanto produtora de cultura e conhecimento através dos saberes e trocas infantis sob autoria de Marina Di Napoli Pastore.

Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, durante os anos de 2014 a 2017, com inserção na rotina diária das crianças de um bairro periurbano³ próximo da capital moçambicana, percebe-se que o cotidiano apresentado pelos relatórios oficiais dos Órgãos Internacionais que protagonizam denúncias de políticas abusivas oferece visão limitada quanto à complexidade subjetiva da vida moçambicana. No que consiste à vida diária das crianças, identificamos que em sua maioria são jovens que iniciam sua vida escolar e se responsabilizam também pelas atividades domésticas cotidianas e pelo trabalho clandestino de vendas de produtos para auxílio na composição da renda familiar. Entre uma atividade e outra, observamos que o brincar e o lúdico ainda se encontram bastante presentes, possibilitando que os papéis das crianças nas condições sociais e culturais de Moçambique somam às responsabilidades da vida em comunidade, sob a dinâmica estética e subjetiva da infância.

Ao serem interpeladas com indagações do tipo “quando vocês começaram a trabalhar?”, as respostas obtidas variam em “nós não trabalhamos”, referindo-se ao trabalho que realizam em casa como “nós ajudamos a mama”, sendo este

3 Bairro da Matola A, localizado na cidade da Matola, na província de Maputo, Moçambique.

o entendimento por parte das crianças e das famílias da comunidade a qual se realizou a pesquisa de campo. Em face a essa problemática, temos como ponto de partida examinar, nessa pesquisa, a percepção das crianças acerca da noção de “trabalho infantil” e sua relação com a comunidade.

Selecionamos como amostra de nossa pesquisa a crônica “Adi banana lê”, extraída do blog *Moça de Bique*⁴. Fruto das experiências subjetivas obtidas durante a pesquisa de campo, a tomamos como discurso, sob o referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) de tendência francesa, proposta principalmente por Dominique Maingueneau. Estudar as práticas discursivas nessa perspectiva significa considerar a língua como atividade sócio-cultural, constituída por saberes que mobilizam construções de sentidos dos enunciados, quando em interação. Compreendemos que as categorias de paratopia literária e os modos de subjetivação são produtivos para darmos conta dos objetivos de nossa pesquisa.

Dessa maneira, organizamos nossa pesquisa em três partes: as definições de discurso, paratopia e subjetividade; as condições da infância e o trabalho em Moçambique; a análise da crônica “Adi banana lê”, a fim de compreender os modos de subjetivação da criança sobre o trabalho de venda na comunidade que está inserida.

4 Endereço eletrônico: <http://serestrangeiromulungu.blogspot.com.br>.

DISCURSO, PARATOPIA E SUBJETIVAÇÃO

A problemática discursiva consiste em filtrar a língua - compreendida como recursos semióticos disponíveis em sociedade - a atividade comunicacional e os diversos saberes que mobilizam a construção de sentidos dos enunciados. O objeto da AD privilegia as três dimensões em seus estudos, já que refleti-lo é articular espaços disjuntos e desfazer os laços entre as palavras e as coisas, destacando um conjunto de regras que definem o regime desses objetos. Estudar o discurso na AD é observá-lo como espaço incerto onde se desfaz laços entre o mundo e as palavras, com o cuidado de não reduzir o discurso ao linguístico e nem absorvê-lo pelas realidades sociais ou psicológicas.

A grande inspiração da Análise do Discurso de tendência francesa da atualidade é a Filosofia que não se encena em uma disciplina de fronteiras fechadas. Tal qual os pós-estruturalistas, a AD é um espaço que suplementa outras disciplinas, o que lhes confere potência crítica. Os analistas do discurso não estudam teorias do discurso apenas, mas suas aplicações em *corpora*. Maingueneau (2015) afirma que a AD é uma caixa de ferramentas no vasto conjunto de métodos qualitativos das ciências humanas e sociais e como tal, incide na reflexão de como a ordem social se constrói pela

comunicação em interação entre os agentes que compõem cada grupo institucional. Confere, assim, atenção particular aos fatos da língua e o que a distingue de outros estudos do discurso é, de forma *lato*, a maneira como analisa aspectos da estrutura e da função da língua em seu uso, e de forma *stricto*, como interessa-se em relacionar estruturas de texto aos lugares sociais que os tornam possíveis. Nesse sentido, o objeto da AD é aquilo que amarra os funcionamentos sociais e as situações de comunicação a um dispositivo resultante do verbal e do institucional.

Por nossa pesquisa contemplar uma análise do discurso literário de *blogs*, privilegamos a categoria de discursos constituintes, proposta por Maingueneau (2008a, 2010, 2015), correlacionada à particularidade do discurso literário.

Refletir sobre o discurso literário na perspectiva da AD é privilegiar a emergência do discurso na produção estético-literária, o que significa uma análise que trafega entre a materialidade do enunciado e a construção de sentido, fruto da interação do discurso com o interdiscurso. Interessada pelas condições de comunicação literária, a AD observa o discurso literário e sua inscrição sócio-histórico-cultural como obra significativa em um tempo e em uma cultura específica. O discurso literário é um lugar o qual o

tempo presente adquire sentido, o Outro torna-se inteligível e o espaço deve ser decifrado.

Chartier (1990) observa que a Literatura não está condicionada a uma reflexão em torno de uma estrutura social, mas às teorias da recepção próprias a cada forma de expressão estética de comunicação, a cada exigência de censura e identificação cultural de um público-alvo. Dessa maneira, a Literatura trava uma negociação com o mundo social e são essas negociações que possibilitam a produção de certos efeitos de sentido e certos deslumbramentos estéticos.

Maingueneau (2006) parte do pressuposto que considerar o fato literário como discurso é uma forma de renunciar aos estudos que observam a obra em si. A AD preocupa-se em restituir os espaços em que as obras tornam-se possíveis, são produzidas, avaliadas e administradas. Nessa perspectiva, o dizer permeia um dito envolto de condições de enunciação, quer pelo estatuto do enunciador, quer por seu modo de posicionamento no campo literário, os papéis que se vinculam ao gênero, a relação com o destinatário, os suportes materiais, os modos de circulação. Não é possível separar, assim, a instituição literária e a enunciação que configura um mundo.

Compreendido como força de consolidação ou um vetor de posicionamento, o discurso literário carrega marcas da construção de uma certa identidade enunciativa e de um movimento de legitimação do espaço de sua enunciação. Maingueneau (2006) observa que há na AD um distanciamento do universo estético e da individualidade criadora do texto literário, para considerar a enunciação literária como um discurso que desenvolve seu mundo e nele constrói a necessidade desse desenvolvimento. Trata-se de uma necessidade constitutiva de toda obra, como compromissos que o enunciador estabelece com o poder institucional.

A produção de enunciados reconhecidos como literários demanda uma apresentação do sujeito-enunciador, definida com as representações e os comportamentos associados à condição de ser enunciador de um discurso literário. A produção literária é compreendida como um discurso que não remete primeiramente à sociedade, mas segundo Maingueneau (2010), a um setor limitado dela, de um campo relativamente unificado de regras específicas. A obra literária participa de três planos do espaço literário, sendo eles: a rede de aparelhos, o campo discursivo e o arquivo.

A rede de aparelhos pressupõe o lugar pelo qual os indivíduos se constituem como enunciadorees, garantidos

e estabilizados pelos contratos genéricos. Sistema que integra instâncias diversas, conjuntos de práticas e discursos possíveis e que viabilizam a existência da enunciação literária.

O campo discursivo constitui lugar de confronto de posicionamentos estéticos que afetam a constituição dos gêneros. Diferentes posicionamentos se encontram em concorrência em sentido amplo e delimitam-se mutuamente, a fim de proporcionar uma autoridade enunciativa. O campo discursivo é uma estrutura instável, onde há posicionamentos dominantes e dominados, centrais e periféricos.

O arquivo refere a combinação de intertexto e lendas, já que a atividade criadora está inserida em uma memória, apreendida pelos conflitos do campo discursivo, constantemente retrabalhadas. O arquivo designa a memória interna da literatura.

Em face ao exposto, compreendemos que a enunciação literária desestabiliza representações de um lugar. Os meios literários funcionam como fronteiras e a existência social da literatura supõe ao mesmo tempo a impossibilidade de ela se fechar em si e de se confundir com a sociedade comum. A instituição literária se mantém nas fronteiras entre a inscrição tópica e o abandono a forças que excedem a economia humana. Maingueneau (2008a) afirma que os

processos criadores que instituem o discurso literário se alimentam de lugares, grupos, comportamentos tomados em um pertencimento impossível. A literatura se compara a uma rede de lugares na sociedade, não podendo se encerrar em nenhum território. O pertencimento ao campo literário não é uma negociação entre o lugar e o não-lugar, parasitário, mas a instituição de uma inclusão social impossível.

A maneira como o discurso literário se insere no espaço social pressupõe um ato de criação autoral das próprias condições de criação. Maingueneau (2010) observa que todo enunciador de um discurso literário gere sua maneira de duplo pertencimento, quer seja a sociedade tópica, quer seja as redes dessa topia. A paratopia, nesse sentido, é o ato de explorar as fendas que não cessam em abrir na sociedade, em uma prática enunciativo-discursiva com pretensões de universalidade, mas de emergência local. A constituição de um discurso paratópico, nesse sentido, se dá nas normas e nos realces de força dos lugares tópicos que suga. A obra surge das tensões do campo literário com outros campos, a fim de suprir as angústias de dizer sobre o mundo, colocando em jogo na enunciação os problemas de uma impossível inscrição social da própria enunciação.

Consideramos, a partir de Maingueneau (2010), que a paratopia literária incide na construção, pela prática

enunciativo-discursiva, de um lugar moral e ético não existente em uma sociedade, mas urgente às instituições sociais e fruto dos modos de subjetivação do enunciador do discurso literário. Dessa maneira, a fim de compreendermos os processos de subjetivação do sujeito-enunciador que constituem um lugar paratópico na enunciação literária, selecionamos as reflexões de Butler (2011) que incide na dialética entre o sujeito e as matrizes institucionais.

Butler (2011) observa os processos de subjetivação com a preocupação de questionar como é possível correlacionar a constituição moral do sujeito com seus referenciais sociais. Compreende que as questões morais advêm das relações sociais e sempre surgem quando as normas comportamentais que determinam o que é certo e o que é errado não são mais evidentes nas conjunturas de determinados grupos. Considera a existência de uma ética de grupo que se propõe coletiva, sempre conservadora e que tenta suprimir a dificuldade e a descontinuidade da contemporaneidade que faz referência.

A ética que sobrevive em forma de ideias coletivas, mesmo depois que o espírito de determinada coletividade a tenha esquecido, é degenerada e repressora. O estado de convivência humana e as forças sociais abandonam essas

ideias, mas elas ainda assim resistem de forma impositiva. Butler (2011) chama atenção para o elemento de compulsão inerente aos costumes tradicionais: a moralidade surge quando uma ética coletiva de um grupo deixa de imperar. Pressupõe, nesse sentido, o enfraquecimento de um mundo, para o fortalecimento de um aparato moral não atendido.

Vale ressaltar que Butler (2011) defende que a ética coletiva não é compartilhada com um todo, e só pode impor essa pretensão por meio de violências simbólicas. Nesse sentido, instrumentaliza a violência no plano da enunciação, para manter uma aparência de urgência coletiva. Embora a ética coletiva seja anacrônica na enunciação, ela jamais será passada na prática social, pois se impõe no presente como anacronismo sem recusar a ser passada. A violência, nesse sentido, é traçada como a pretensão de universalidade, marcada na enunciação.

Aquilo que a moral universaliza tem por ponto de partida ignorar a individualidade e toda sua complexidade. A moral enquanto máximas ou regras urgentes ao indivíduo, para Butler (2011), reserva a ética para designar os contornos das regras e das máximas, para designar a relação entre si mesmo que essa regra implica, ignorando a pluralidade de condições sociais que envolvem o sujeito. Considera a investigação da

moral um contexto que a caracteriza a partir de formulações e incitações das próprias condições históricas.

A operação enunciativa desses tipos de discursos buscam a universalidade do sujeito, ao mesmo tempo que deixam de responder certas particularidades culturais, não reformulando a si mesmas em resposta às condições sociais e culturais inseridas. O sujeito está presente na tarefa de se apropriar da moral e se opor às diferentes formas de violência ética. Butler (2011), dessa maneira, busca refletir quem é esse sujeito-enunciador que moraliza o discurso e como ele se apropria da moral instituída e oferta um relato de si na enunciação.

A INFÂNCIA E O TRABALHO EM MOÇAMBIQUE: UM PANORAMA GERAL SOBRE LEIS E PORTARIAS ACERCA DO TRABALHO NAS PRIMEIRAS ETAPAS DA VIDA

Por esta pesquisa ter como ponto de partida observar o imaginário da criança no trabalho infantil, bem como a importância de seu ato na coletividade a qual se insere, destacamos como condições sociais, culturais e históricas da amostra de pesquisa a apresentação de um panorama geral sobre as condições de trabalho em Moçambique nas primeiras etapas da vida, segundo leis e portarias que o regulamenta.

Moçambique ratificou, em 1990, a Convenção dos Direitos da Criança (1989) e a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança (1990), passando a considerar criança como todo o indivíduo com idade inferior aos 18 anos. O art.º1.º da Constituição de Moçambique afirma que criança “é todo o ser humano menor de dezoito anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, a maioridade for atingida mais cedo” (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2004). De acordo com o censo realizado em 2007, 46,9% da população moçambicana possuía entre 0 e 14 anos; os que continham entre 15 e 64 anos totalizavam 50,1% da população (INE, 2007). A partir de uma projeção da população realizada pelo INE⁵, as crianças atingiriam, em 2016, o equivalente a 14.140.777 milhões, totalizando 53,5% da população. Na cidade da Matola, especificamente no bairro da Matola A, lugar o qual é palco da amostra de pesquisa, o total de crianças, em 2007, era de 25.382 (num total de 57.765 pessoas). A população geral da Matola é bastante jovem, com um total de 42,5% de jovens com idade até 15 anos, e 55% da população com idade inferior a 20 anos. Em alguns bairros da Matola, a maior parte das famílias é constituída por jovens com idade entre 15 anos, formando uma população apta a trabalhar (dos 15 aos 64 anos de idade) (ARAÚJO, 2006). A cidade, nesse sentido, é considerada jovem.

5 Instituto Nacional de Estatística.

Em relatórios oficiais de Moçambique (MICS, 2008), cerca de 22.2% de crianças entre os 5-14 anos estão envolvidas em trabalho infantil, de um universo de 12,6 milhões de crianças. As principais atividades desenvolvidas estão nos setores da agricultura, da pesca, da caça e da pecuária, inseridos principalmente nos centros rurais (25%). Segundo o relatório, crianças e adolescentes envolvidos em trabalhos domésticos e de geração de renda nos centros urbanos totalizam 15%, sendo que *uma em cada cinco crianças com idades compreendidas entre 5 e 11 anos (21%), e uma em cada quatro crianças entre os 12 e 14 anos (27%), estão envolvidas no trabalho infantil*. Os motivos principais que levam essas crianças ao trabalho são a pobreza e a necessidade de aumentar o rendimento familiar (82%) (MICS, 2008).

A Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho, de 06 de junho de 1973, ao regimentar sobre a idade mínima de admissão ao emprego, traz em seu artigo 1º, que:

Todo Membro, para o qual vigore a presente Convenção, compromete-se a seguir uma política nacional que assegure a abolição efetiva do trabalho de crianças e eleve, progressivamente, a idade mínima de admissão ao emprego ou ao trabalho a um nível que torne possível aos menores o seu desenvolvimento físico e mental mais completo.

A partir do artigo 2, discute-se a questão das idades mínimas para admissão ao trabalho – considera-se a partir dos 15 anos, não devendo ser inferior à idade em que cessa a obrigação escolar; porém, o parágrafo 4 deste mesmo artigo, traz a possibilidade da idade mínima ser de 14 anos, caso o país não possua uma economia e um sistema educacional suficientemente desenvolvidos. Quando se trata de admissão a todo tipo de emprego ou trabalho que coloque em risco a segurança, saúde ou moralidade do indivíduo, a idade mínima deve ser a de 18 anos.

Na mesma convenção, há uma ressalva que merece atenção especial: “necessidade de seguir a legislação nacional vigente, segundo a qual poderá permitir o emprego ou trabalho de pessoas de treze a quinze anos de idade, em trabalhos leves” (OIT, 1973). Resta saber o que classifica um trabalho como leve e o que não entra nessa categoria, já que a Convenção não tem as pretensões de estruturá-las.

Na Legislação Moçambicana, há uma distinção importante entre trabalho infantil e trabalho de menores: trabalho de menores é o trabalho realizado por crianças (ou jovens, visto que a legislação do país considera jovens os indivíduos a partir dos 15 anos de idade), e trabalho infantil é o realizado por crianças menores de 15 anos, salvo uma exceção: a Lei n.º

23/2007, que rege as relações de trabalho em Moçambique, permite o acesso de crianças ao mercado de trabalho, de forma excepcional, desde que estas tenham idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos de idade, mediante autorização do seu representante legal – precisa-se, além da autorização do seu representante legal, uma declaração da escola, informando que não está atrapalhando os estudos e nem o desenvolvimento da criança nas atividades escolares, bem como no seu desenvolvimento físico, psíquico e moral, além de relatórios mensais enviados aos órgãos que regem as condições de trabalho, num intuito de supervisionar e não permitir o abuso ou excesso no considerado trabalho “leve”. A indagação gera lacunas no que diz respeito a uma regulamentação que diferencie trabalho infantil de trabalho de crianças. Como distinguir essa questão tão complexa e que, nem na legislação, parece estar definida de forma clara e consistente?

Uma outra distinção importante, que aparece dentro da legislação, é na relação trabalho infantil legal e trabalho infantil ilegal. Trabalho infantil legal é o acesso de crianças ao mercado de trabalho com idades compreendidas entre os doze e os quinze anos, mediante autorização do seu representante legal, e que garantam as condições de

segurança determinadas pela legislação em vigor para a proteção da integridade física, psicológica e moral da criança ou menor; já o trabalho infantil ilegal é todo o trabalho individual subordinado realizado por crianças com idades compreendidas entre os doze e os quinze anos sem autorização do representante legal, e por crianças com idade inferior a doze anos (idade mínima estabelecida excepcionalmente para o acesso ao mercado de trabalho).

A distinção entre trabalho infantil legal e trabalho infantil ilegal nos possibilita refletir, além da idade mínima de 12 anos, sobre o uso do enunciado “trabalho infantil”. Quais as diretrizes da lei para definir o trabalho infantil? Para o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o trabalho infantil é definido como “toda a forma de trabalho abaixo dos 12 anos de idade, em quaisquer atividades económicas; qualquer trabalho entre 12 e 14 anos que não seja trabalho leve”, e, ainda, “todo o tipo de trabalho abaixo dos 18 anos enquadrado pela OIT nas piores formas de trabalho infantil”; para fins de pesquisa de campo, o indicador de trabalho infantil definido pela UNICEF engloba crianças de 5 a 15 anos com algum tipo de envolvimento com trabalho.

O termo “trabalho infantil” é muitas vezes definido como o trabalho que priva as crianças da sua infância, seu potencial e sua dignidade, e isso é prejudicial para

o desenvolvimento físico e mental.

Interfere com a sua escolaridade, privando-a da oportunidade de frequentar a escola; obrigando-os a deixar a escola prematuramente, ou exigir que elas tentem combinar a frequência escolar com o trabalho excessivamente longo e pesado. (UNICEF, 2015, p.2)

Na Lei Geral do Trabalho, algumas condições são postas frente às idades mínimas, e em específico, ao trabalho doméstico e ao trabalho desportivo, por exemplo, a idade mínima de acesso aos quinze anos, e em casos excepcionais aos doze anos de idade. Segundo a ROSC (2015),

[...] a maior parte das crianças-trabalhadoras fazem-no sem remuneração para a família. Estima-se que 22 por cento das crianças entre os 5 e os 14 anos de idade estejam de alguma forma numa actividade económica. Em geral, os rapazes e as raparigas estão igualmente envolvidos, à excepção do trabalho doméstico que conta com mais raparigas do que rapazes.

O trabalho doméstico, muito prevalente em Moçambique, e bastante observado durante a realização de nossa pesquisa, tem uma idade mínima perante as famílias: a criança tem que ter seus 6-7 anos de idade para começar a realizar algum tipo de atividade em casa.

Ah, não adianta ser muito pequeno, que não sabe como fazer. Primeiro começa ensinando, vai imitando a mãe, e se errar nem briga, dá bronca, não vale a pena. Começa varrendo o quintal, depois pode lavar dentro. Quando tiver mais grandinho, com 8 anos assim, vai lavar loiça. E assim vai aprendendo. É normal aqui, eu foi assim também. (Diário de campo - mãe Margarida, 2014)

Muitas crianças realizam trabalhos em casa – seja lavar louça, varrer dentro e fora de casa, catar água e encher bidões, lavar roupa; algumas, conforme a idade vai aumentando (a partir dos 12 anos, às vezes menos), já começam a cozinhar. Segundo a Bureau Internacional do Trabalho (2012), num documento que traz a perspectiva de eliminação do trabalho infantil no trabalho doméstico, há a seguinte constatação:

Em todo o mundo, há crianças trabalhando em domicílios. Quando realizadas em sua casa, em condições razoáveis e sob a vigilância daqueles que lhes são próximos, essas tarefas podem fazer parte da vida familiar e do desenvolvimento pessoal.

Considera-se trabalho doméstico infantil aquele realizado fora de sua casa, como, por exemplo, quando vai na casa de algum outro parente e realiza as atividades lá. É comum, conforme vivência própria, as crianças saírem de suas casas e irem na casa dos irmãos mais velhos, ou tias, e ajudar no

cuidado dos bebês. Quando isso ocorre, segundo a legislação, é considerado trabalho doméstico; porém, também é ainda mais comum as crianças – sejam de 14, 10 ou até 8 anos – ajudarem as mães com seus irmãos menores, sem que entre na categoria de trabalho doméstico para os Órgãos Internacionais.

Segundo a Convenção Nº. 189 da OIT sobre trabalho doméstico, é considerado que “uma pessoa que realize trabalho doméstico apenas ocasional ou esporadicamente e em regime não profissional não é *um trabalhador doméstico*”. A criança, deste modo, acaba entrando na mesma classificação. A questão que fica é: se o trabalho doméstico acaba não entrando, quais direitos garantidos tem a criança? Quando se fala de trabalho de menores, há a proteção, mesmo que não definida, de trabalhos leves – e quais seriam os trabalhos leves no caso do trabalho doméstico? Quais seguranças tem as crianças?

Moçambique tem uma população estimada de 24.3 milhões de pessoas com uma taxa de crescimento anual de 1,8%. Do universo total da população moçambicana, 12.6 milhões são crianças, representando mais da metade da população (52%), e estima-se que cerca de 22% de crianças entre os 5 e os 14 anos de idade, estejam envolvidas em trabalho infantil. Em geral, os rapazes e as

raparigas estão igualmente envolvidos, à excepção do trabalho infantil no trabalho doméstico, que conta com mais raparigas do que rapazes. (ROSC, 2015, p.3)

Segundo relatório da ROSC de 2015, a OIT reconhece o facto de nem todas as formas de trabalho envolvendo crianças podem ser consideradas como trabalho infantil: a participação de crianças ou adolescentes em trabalhos que não prejudicam a sua saúde e o seu desenvolvimento pessoal nem comprometem a sua educação, é geralmente considerada uma experiência positiva, como é o caso das tarefas domésticas; porém, não há uma definição sobre trabalho infantil em Moçambique, embora a maior parte dos programas e políticas internacionais sejam pela erradicação do mesmo, incluindo os ambientes e espaços domésticos.

A escola, considerada na maioria destes documentos e programas de erradicação do trabalho infantil como o lugar que a criança precisa estar e desenvolver suas habilidades físicas, mentais, sociais e psíquicas, acabava, muitas vezes, participando nesta divisão de tarefas. Era comum as crianças terem que ir aos sábados, às 6 horas da manhã, ajudar na limpeza da casa de banho ou a capinar a grama que tem ao redor do muro. Durante as aulas, foram presenciados momentos em que os professores mandavam as crianças

saírem para comprar água, refresco ou pão para os próprios professores poderem lanchar em seu momento de intervalo – não interrompendo a aula, mas deixando as crianças que foram comprar sem a aula.

Um dos meninos, Rafael, que em 2014 estava com 14 anos, ajudava sua tia na renda em casa. Todos os dias, pela manhã, ia à escola e vendia gelinho. Ficava na escola das 7 horas até às 10 horas, voltava para casa, se arrumava e retornava à escola às 13 horas, período em que estudava. A visão da secretária da escola sobre o fato era tal:

Aqui em Moçambique é proibido qualquer criança vender qualquer coisa na rua, mas muitos não tem conhecimento disso. E se você pudesse falar para os que não sabem, talvez até ajude em algum isso que você tá fazendo...Porquê em muitos países até é permitido as crianças venderem, mas aqui não. Não pode de nenhum jeito, e muitos não proibem porque não sabem. (PASTORE, 2015)

Acabada a conversa, ao olhar pela janela de sua sala e ver Rafael, no meio do campo da escola, ele contava as moedas, me acenava e dizia “Vendi tudo! Vendi tudo”, numa felicidade por poder ter ajudado, terminado, ter tempo de jogar futebol e voltar para casa, se arrumar e retornar aos estudos, num compasso diferente dos discursos e

argumentos assinalados pelos programas internacionais de ajuda à erradicação do trabalho infantil, com enfoque no doméstico. Quais são os discursos e as práticas levadas em conta? Há uma relação entre o que é colocado como teoria e o que vivemos no dia-a-dia? Onde aparecem as vozes das crianças? Será possível estabelecer um diálogo com outros interlocutores participantes destes processos?

ADI BANANA LÊ: UM OLHAR SOBRE OS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DA CRIANÇA TRABALHADORA

Selecionamos como amostra de nossa pesquisa a crônica “Adi banana lê”, publicada no blog *Moça de bique: onde as narrativas infantis ganham corpo e as experiências em Moçambique tom*. O blog é fruto das experiências da doutoranda Marina Pastore e uma marginália em sua pesquisa de doutorado, cujo tema é *As crianças enquanto produtoras de culturas e trocas de conhecimentos através das relações entre si*. Compreendemos se tratar de uma marginália, pois o enunciador que emerge nas crônicas que compõem o blog não necessariamente é o enunciador de um discurso acadêmico, centrado em métodos pré-definidos, munido de um *corpus* delimitado, de uma problemática e de objetivos precisos. Trata-se, por sua vez, de um enunciador que trafega no mundo acadêmico e, ao se apropriar de

experiências que complementam sua pesquisa, também se depara com os modos de subjetivação da vida urbana de Moçambique que lhe escapa dos objetivos acadêmicos. O olhar que o enunciador das crônicas do blog detém sobre as experiências vividas em Moçambique se propõe catalisador das pluralidades de expressões, no que diz respeito à vida na infância e na juventude, como podemos observar na amostra selecionada abaixo:

Adi banana lê

Tem coisas que são difíceis de explicar. Esse rascunho estava pronto há muito tempo, mas só hoje tive vontade de voltar a ele, de retomar, de escrever... Não sei explicar porquê.

Criança não trabalha! Diziam por aí... Criança não trabalha! Diz o relatório da UNICEF... Criança não trabalha! Dizem quem defende a erradicação do trabalho infantil. Mas, crianças não trabalha? Não é o que dizem as crianças, e nem o que vejo por aí... Minhas crianças não trabalham, elas dizem: ajudam em casa. E ajudam mesmo: na louça, na roupa, ao cozinhar, ao vender na barraca... E, nos últimos tempos, a vender pelo bairro. Mas criança NÃO PODE trabalhar, dizem eles. Será?

“Os tempos aqui não são fáceis. Estamos na crise, mana Marina, Sabes disso, né? Aqui já não é como antes, quando vieste. Um saco de arroz, sabes quanto custa? 1050 meticais! Naquela época custava o quê? uns 700 e tal. Hoje não é fácil”. Quantas vezes você ouviu

isso? Eu? Muitas! E também ouvi que, se não ajudar a mama, fica sem comer. Fica sem vestir. Fica sem poder ir à escola, já que ter o material é obrigatório e quem não tem é dispensado, mesmo que tenha 5 anos e não tenha caderno. Mas vender é proibido, lembram?

Januar tem vendido bananas por aí. Ele mesmo deu a ideia para a mãe. *“Sou um empreendedor vendedor, mana Marina”*, me disse ele, todo orgulhoso, enquanto colocava na cabeça a bacia com os cachos de banana. Posso ir consigo, perguntei. Espantado, ele me respondeu *“queres ires vender? Ah mana Marina, há de se cansar. Ficas e me espera”*. Mas eu tinha ido para ficar com ele. Tive que implorar, e então, com a condição de *“se cansares há de me avisar”* fomos. Andamos por 02h14 minutos. Conheci lugares que jamais havia conhecido. Descobri que a Matola A é maior (muito maior) do que eu achava. Descobri ruas de terra, de asfalto, de mistura, e não ruas. (Re) descobri a praia e as belezas das casas de caniço e de reboco inacabado. Revisitei olhares estranhos *“quem é essa mulungu a vender banana?”*. E vi Januar sorrindo toda vez que fazia uma venda, repetindo *“eu sou bom nisso”*.

Enquanto andávamos, Januar cantava *“adi banana lê”*, numa melodia ímpar. Ou *“Adi banana 10/10 alê”*. Demorei um tempo para entender, mas quando o fiz, fizemos uma boa dupla (tudo bem que ele ria toda vez, mas acho que tornou o caminho mais leve - para mim, claro). Ah, o significado? *“Tenho banana 10/10 aqui”*. Enquanto íamos andando, fui me encantando pela mistura entre o amarelo esverdeado das bananas, com o azul roxeadado

da bacia, com a tonalidade de pele e cabelo de Januar, com a mistura de mar e sol ao fundo, e das casas no horizonte. Num leve momento, me perdi naquela paisagem quase pintura, e viajei sobre os desenhos feitos em minha cabeça...

Quando passamos nos trilhos de trem, Januar foi cantando, e brincando. E fazendo piadas. E dizendo que, no momento de vender, na volta, era o mais divertido: havia cumprido o que tinha se programado, ajudara mama, conseguira garantir sua ficha (xerox) da noite e não perderia aula. E, além disso, vinha rindo na volta para casa, num intervalo tênue entre suas responsabilidades e início da aula...

No caminho, as crianças que vendiam seus mais variados produtos se cruzavam, cumprimentavam, quase ensaiavam uma dança no desviar entre um e outro, acolhendo e brincando, trocando e compartilhando as relações, e avisando *“já passei de lá. Não tão a comprar bem. Vai por lá, ainda não passei”*. Rivalidade e competição não é algo que o capitalismo conseguiu implantar ali, ainda, ao menos...

Quando conversamos sobre o vender, ele me disse algo que jamais pensei: *“vendendo eu conheço outras culturas. Mana Marina, sabia que ali nas fábricas tem muito sul africano, e que por poder vender é que tive contato com a moeda deles? Chamam de rand. Vale mais que o metical. E com a língua também, que me esqueci o nome. Mas como é difícil! E eu só pude conhecer por estar a vender. Eu gosto disso e de tudo que me traz”*. Mas criança trabalhar é crime né? É preciso erradicar o trabalho infantil. Sem discussão. Sem olhar

de dentro. Sem perspectiva de quem por ele passa. Sem enxergar o outro nessa relação. Sem enxergar o capitalismo e a devastação selvagem, causada muitas vezes por essas leis impostas e sem nexos. Mas trabalho infantil é crime. Indiscutível. Mas e o trabalho das crianças?

Hoje assisti a estreia de um documentário “La fiebre del oro”, que falava sobre a exploração de rubi e ouro na província de Cabo delgado (norte de Moçambique). Começou em 2010, quando empresas estrangeiras resolveram “comprar” os lugares de extração e mostrar que o valor e a violência por eles era maior e mais brutal do que se sabia - antes o rubi era moeda de troca por arroz, pão. Agora é por vida. Muitas vidas. Dentre essas, a das crianças. Uma das coisas que se discutiu foi *“não adianta acabar com o extrativismo “ilegal” ou artesanal. Ele vai continuar a existir. Precisamos criar formas de que ele aconteça de uma maneira mais humana”*. E se pensássemos isso também com as crianças? E se pudéssemos separar o trabalho infantil, entendendo como aquele que traz danos à criança por diversas razões, do trabalho de criança, enquanto algo que a faz viva na sociedade e integrante fundamental dela?

Januar gosta de vender. Marinho (10 anos) diz que aprende novos caminhos para chegar em casa e já não se perde mais nas ruas e vielas da grande Matola A. Adelaide acha que ajudar a mãe é bom e a faz retribuir tudo que já fizeram. Gina gosta de trabalhar porque são os momentos em que pode mais brincar, sem que ninguém reclame. Félix cuida dos irmãos com todo carinho. Beni ajuda e se orgulha. Mas trabalhar é mesmo proibido?

Enquanto isso vai passando na minha mente, seguimos andando e gritando “adi banana lê”... (MOÇA DE BIQUE, 2017).

Compreendemos que nossa amostra selecionada é um discurso constituinte literário. Nele observamos a construção, ao longo da enunciação, de um lugar que adquire sentido paulatinamente, a serviço da inteligibilidade da vida de um Outro projetado como desconhecido: a criança em Moçambique. Ao longo da enunciação, o coenunciador precisa realizar o exercício de decifrar os espaços apresentados pelo enunciador, que propõe em seu discurso um convite para a identificação cultural de um novo público. A amostra selecionada, nesse sentido, estabelece uma negociação entre o mundo social, marcado pela condição de trabalho infantojuvenil em Moçambique, e com os deslumbramentos estéticos do enunciador, que evidencia um posicionamento ético diante da situação apresentada e proporciona certos efeitos de sentido no discurso.

Em “Adi banana lê” identificamos que o enunciador se esforça em restituir espaços que tornam possíveis a enunciação, se aproximando do gênero *memória*. No enunciado “Tem coisas que são difíceis de explicar. Esse rascunho estava pronto há muito tempo, mas só hoje tive vontade de voltar a ele, de retomar, de escrever... Não

sei explicar porquê”, nos deparamos com um enunciador que vivencia as situações enunciadas e munido de um desconforto não revelado e desconhecido, decide dar vazão às experiências tomadas na enunciação como obscuras. Há nesse momento um contrato de fidelidade entre o enunciador e o coenunciador, já que não há motivos, senão o aliviar da memória, em desenvolver o discurso. O enunciador, ainda, toma o coenunciador como cúmplice de seu testemunho, uma espécie de ouvinte íntimo de suas experiências de viagem. Não há nada que motive o enunciador de produzir o discurso, senão a vontade de relatar os eventos enunciados. O enunciador se projeta, assim, como um sujeito confiável em potencial, e estabelece ao longo do discurso que isso se dá em virtude de seu distanciamento das amarras institucionais.

Nos enunciados “Criança não trabalha! Diziam por aí... Criança não trabalha! Diz o relatório da UNICEF... Criança não trabalha! Dizem quem defende a erradicação do trabalho infantil. Mas, criança não trabalha? Não é o que dizem as crianças, e nem o que vejo por aí...”, o enunciador deixa evidente o caminho que irá percorrer para apresentar esse novo lugar desconhecido ao coenunciador: de crianças moçambicanas que trabalham. Há o distanciamento marcado do enunciador em relação ao posicionamento

da UNICEF e de outros órgãos internacionais preocupados com a erradicação do trabalho infantil no que diz respeito à premissa “Criança não trabalha!”. O enunciador, por sua vez, não descredencia em nenhum momento a leitura da UNICEF e de outros órgãos sobre a questão do trabalho infantil, mas constrói, dada a sua experiência íntima com as crianças em Moçambique, um novo espaço de racionalidade sobre o trabalho. Convoca, ainda, as crianças como cúmplices de seu posicionamento, podendo servir como testemunhas incontestáveis nas cognições sociais globais, pois, afinal, quem irá desdizer a afirmação *nós trabalhamos sim*, vindas da boca de um grupo de crianças?

A voz enunciativa empregada nos enunciados “Não é o que dizem as crianças, e nem o que vejo por aí...” consolidam um vetor de posicionamento no discurso. O enunciador possibilita a legitimidade de uma identidade enunciativa de alguém que compactua com a vida e as experiências das crianças moçambicanas lado a lado. Nesse momento, há um distanciamento do universo estético racionalizado pelas instituições sociais, pelos órgãos internacionais, e uma vazão significativa, ao longo da enunciação, de uma individualidade criadora que parasita *lugares-força* para a constituição de seu discurso.

Destacamos *lugares-força* como formações discursivas da esquerda, manifestas nos enunciados abaixo:

É preciso erradicar o trabalho infantil.
Sem discussão. Sem olhar de dentro.
Sem perspectiva de quem por ele passa.
Sem enxergar o outro nessa relação. Sem
enxergar o capitalismo e a devastação
selvagem, causada muitas vezes por
essas leis impostas e sem nexos. Mas
trabalho infantil é crime. Indiscutível.

O enunciador tece críticas à visão neoliberal do trabalho, ao negar o trabalho que implica exploração da classe trabalhadora, lucro desigual na relação patrão-empregado, leis que privilegiam uma classe em detrimento da outra. Embora esteja enunciada no final, trata-se de uma contribuição semântica para o tema *trabalho* ao longo de todo o discurso.

O enunciador explora a subjetividade diária da criança em um turno de trabalho de vendas de bananas, para questionar a constituição moral implicadas nas noções de trabalho infantil. Trabalho infantil, em nossa amostra de pesquisa, é contrário ao trabalho de criança. No discurso, o primeiro está a serviço da imoralidade da influência neoliberal, da exploração do mais fraco. O segundo, por sua vez, implica uma rotina de aprendizado:

[...] vendendo eu conheço outras culturas. Mana Marina, sabia que ali nas fábricas tem muito sul africano, e que por poder vender é que tive contato com a moeda deles? No caminho, as crianças que vendiam seus mais variados produtos se cruzavam, cumprimentavam, quase ensaiavam uma dança no desviar entre um e outro, acolhendo e brincando, trocando e compartilhando as relações, de felicidade,. Quando passamos nos trilhos de trem, Januar foi cantando, e brincando. E fazendo piadas. E dizendo que, no momento de vender, na volta, era o mais divertido: havia cumprido o que tinha se programado, ajudara mama. (MOÇA DE BIQUE, 2017).

O trabalho de criança é defendido pelo enunciador como o trabalho que estimula seu cognitivo, que orienta sua socialização, que forma o sujeito consciente de valores éticos, de referenciais sociais do enunciador, como *“ajudar a mãe em casa”*. Soma-se a isso, o fato de o trabalho de criança ser uma extensão do aprendizado da escola, já que o enunciador revela que em nenhum momento a venda de bananas implicou no comprometimento das responsabilidades institucionais do ensino da criança já que *“conseguiu garantir sua ficha (xerox) da noite e não perderia aula. E, além disso, vinha rindo na volta para casa, num intervalo tênue entre suas responsabilidades e início da aula (...)”*.

A amostra selecionada desestabiliza, de certa forma, as representações sociais tradicionais da criança moçambicana.

Há enunciados em que, como no seguinte trecho:

Os tempos aqui não são fáceis. Estamos na crise, mana Marina, sabes disso, né? Aqui já não é como antes, quando vieste. Um saco de arroz, sabes quanto custa? 1050 meticais! Naquela época custava o quê? uns 700 e tal. Hoje não é fácil”.

A criança também tem a consciência da necessidade da venda, pois “se não ajudar a mama, fica sem comer. Fica sem vestir. Fica sem poder ir à escola, já que ter o material é obrigatório e quem não tem é dispensado, mesmo que tenha 5 anos e não tenha caderno”, atribuindo à personagem e às crianças no geral, o discernimento crítico da sentença *Estamos em crise*. Por fim, termina o período com uma pergunta retórica que ironiza um sistema de crenças que defende o fim do trabalho infantil sem conhecer as condições sócio-culturais que proporcionam a complexidade da situação: “Mas vender é proibido, lembram?”.

O discurso *Adibanana* iê auxilia também na desestabilização das representações de uma história única para o continente africano. Estimula o coenunciador a observar cada espaço da Matola como um mundo de vidas complexas, em enunciados como “Conheci lugares que jamais havia conhecido. Descobri

que a Matola A é maior (muito maior) do que eu achava. Descobri ruas de terra, de asfalto, de mistura, e não ruas. (Re) descobri a praia e as belezas das casas de caniço e de reboco inacabado”, que possibilita uma visão mais plural das condições de vida dos sujeitos e a relação que eles tem com elas. Ainda, possibilita o conhecimento da pluralidade intercultural presente em Moçambique, já que o enunciador é tratado pelo nativo como mulungu e Januar se depara com sul africanos trabalhadores nas fábricas que possuem uma moeda chamada rand, com valor maior que o metical.

Ainda, o enunciador, a fim de orientar o coenunciador e desestabilizar as representações do espaço Matola A, Moçambique, África disseminadas nas práticas sociais, chama atenção para atividades culturais nativas que refletem as condições político-sociais da atualidade. No enunciado “Hoje assisti a estreia de um documentário “La fiebre del oro”, que falava sobre a exploração de rubi e ouro na província de Cabo delgado (norte de Moçambique)”, o enunciador apresenta ao coenunciador uma chaga ainda aberta em Moçambique que é a brutal exploração de recursos naturais de grandes empresas europeias e norte americanas na região, sob um extrativismo quase que marginal, ao trocar rubi por produtos básicos de subsistência como arroz e pão.

O enunciador encerra seu discurso pontuando que tal qual em *La fiebre del oro*, é impossível extinguir o trabalho infantil em Matola A a curto prazo. Nesse sentido, convida o coenunciador a refletir a possibilidade de um trabalho menos danoso à vida da criança, que possa integrá-la à sociedade e torná-la parte significativa de sua força-motriz. Dessa maneira, o trabalho é um tema que, de alguma maneira, gera desconfortos éticos no enunciador, que afirma desafiando a fórmula: “lugar de criança não é na rua trabalhando”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que estudar discursos que possibilitam uma maior imersão na cultura e na subjetividade de países lusófonos é um aditivo à nossa identidade plural. Partindo do pressuposto de que estamos inseridos em uma sociedade globalizada, ter empatia às condições sociais, políticas e culturais nos parece um dos princípios basilares para uma sociedade mais harmônica. Nesse sentido, destacar a realidade do trabalho infantil na Matola A, em Maputo, significa ter contato com modos de subjetivação que promovam encontros e desencontros culturais.

A pesquisa, nesse sentido, buscou promover uma breve discussão sobre a importância em tornar a criança um interlocutor ativo em uma sociedade. Pensar em políticas

públicas que dialoguem com as crianças, famílias e comunidades e suas práticas, inseridas de maneira socio-cultural e histórica, permitem uma maior proximidade e validação das mesmas, uma vez que políticas feitas sem a participação e escuta às crianças tendem a generalizar um quadro, não reproduzindo a totalidade da subjetividade das crianças. Permitir que as crianças, enquanto produtoras de conhecimentos diversos e atuantes na vida econômica, social e cultural, sejam consideradas atores sociais e participantes ativas nas pesquisas possibilita uma aproximação do pesquisador com a realidade em que vivem, minimizando os efeitos de pesquisas e políticas traçadas com olhares de fora e de longe.

Entendemos, assim, que o enunciador que dá voz às crianças trabalhadoras, ou ajudantes, de Moçambique inaugura um espaço paratópico, não explorado e, portanto, inexistente nos relatórios oficiais sobre o trabalho infantil em Moçambique. Como observamos ao longo da pesquisa, o enunciador é quem possibilita legitimidade e identidade de um Outro que, preso a um universo estético racionalizado por inúmeras instituições sociais internacionais, não se vê representado fora de seu lugar de experiência.

Nesse sentido, *Adi banana lê* abre caminho para novas formas de produção de conhecimento e partilha de

resultados de pesquisa, possibilitando a exploração de uma individualidade que é parasita no universo tópico das instituições sociais: a criança que protagoniza sua condição de trabalhadora, a partir da construção de narrativa em coautoria com as crianças, protagonistas e participantes da história e da vida em comunidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Manuel G. Mendes (2006). *Espaço urbano demograficamente multifacetado*: Ascidades de Maputo e da Matola. Linha de pesquisas sobre as características geo-sócio-demográficas e os modelos de desenvolvimento urbano em Moçambique. Universidade Eduardo Mondlane. In http://www.apdemografia.pt/ficheiros_comunicacoes/1853187958.pdf Acesso em 15.Mai.2017.

BUTLER, Judith. (2011). Vida precária. Contemporânea. Dossiê Diferenças e (Des)Igualdades – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 1, p.13-33 .

CHARTIER, Roger (1990). “Por uma Sociologia histórica das Práticas culturais”. In: _____. *História Cultural: entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. (1995) *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. (Vol.1). Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa (Trad.). São Paulo: Editora 34.

INE - Instituto Nacional de Estatística (2007). *Resultados definitivos do III Recenseamento geral da População e Habitação*. Maputo. Moçambique.

MAINGUENEAU, Dominique (2005). *A noção do hiperenunciador. Polifonia*. Cuiabá: EDUFMT, 10, p.75-97.

_____. (2006). *Discurso literário*. São Paulo: Contexto.

_____. (2006). *Termos-chave da Análise do Discurso*. 2ª Reimpressão.

Márcio Venício Barbosa e Maria Emília Amarante Torres Lima (Trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG.

_____. (2007). *A análise do discurso e suas fronteiras*. Revista Matraga. Rio de Janeiro, 4, 20, p.13-17, jan./jun.

_____. (2008a). *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola.

_____. (2008b). O Primado do Interdiscurso. In: _____. Gênese dos discursos. São Paulo: Parábola.

_____. (2011). *Análise de Textos de Comunicação*. 6.ed. São Paulo: Cortez.

_____. (2015). Discurso e Análise do Discurso. Sírio Possenti (Trad.). São Paulo: Parábola Editorial.

MOÇA DE BIQUE. (2017). *Adi banana lê*. Blog. In <https://serestrangeiromulungu.blogspot.com.br/2017/06/adi-banana-le.html> Acesso em 20.Jun.2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (1973). *Convenção nº 138 sobre a idade mínima de admissão ao emprego*. 58ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho - Convenção de Genebra.

_____. (2012). *Estudo sobre a aplicação das Convenções n.º 138 e n.º 182 da OIT e suas recomendações na legislação nacional dos países da CPLP*. Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC).

PASTORE, Marina Di Napoli (2015). *“Sim! Sou criança eu! Dinâmicas de socialização e universos infantis em uma comunidade moçambicana*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional. Universidade Federal de São Carlos.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2004). *Constituição da República*. Maputo, Moçambique. Chissano, Joaquim Alberto – Presidente da República.

ROSC (2015). Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança. *Documento de trabalho nº 5*. Maputo, 2015. In http://www.rosc.org.mz/index.php/documentos/publicacoes/policy-brief/doc_download/285-policy-brief-trabalho-infantil2015 Acesso em 30.Abr.2017.

UNICEF (2015). *Protecção da criança e social*. República de Moçambique. UNICEF e Ministério da Mulher e Acção Social.

Ricardo Celestino é Doutorando em Língua Portuguesa pela PUCSP e bolsista CAPES. Membro do grupo de pesquisa Memória e Cultura da Língua Portuguesa escrita no Brasil, liderado pelo Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento, da PUCSP, e Escrita no Brasil Colonial, liderado pelo prof. Dr. Carlos Eduardo Mendes, da UNESP/Assis. CV_Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2369981548936324>. E-mail: ricardo.celestino2003@gmail.com.

Marina Di Napoli Pastore é Doutoranda em Terapia Ocupacional pela UFSCar e bolsista CAPES. Pesquisadora membro do Núcleo Amanar – Casa das Áfricas. Mestra em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos - Linha: Redes de suporte e vulnerabilidades (2015). Terapeuta Ocupacional graduada em 2012 pela USP. Professora colaboradora na Instituição Superior de Ciências da Saúde – Maputo, Moçambique. CV_Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6503869870939841>. E-mail: marinan.pastore@gmail.com.

Recebido em 09 de outubro de 2017.

Aprovado em 03 de janeiro de 2018.